



## PREFEITURA DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 015. PROVA OBJETIVA

#### SUPERVISOR DE ENSINO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegitimidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 60 minutos do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

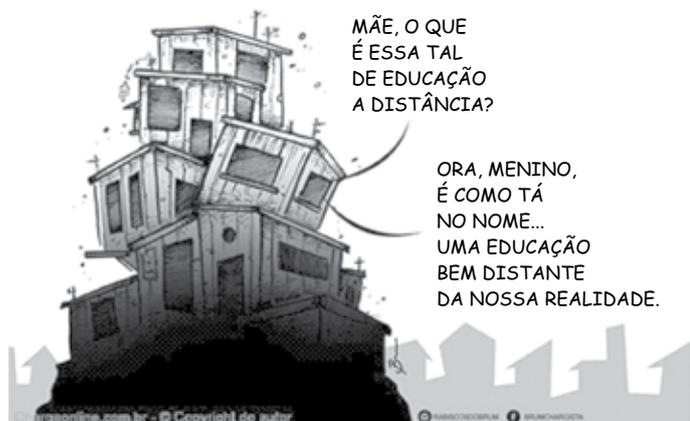
Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números **01** e **02**.



(Chargista Brum. Em: [www.chargeonline.com.br](http://www.chargeonline.com.br))

- 01.** Com as informações verbais e não verbais, o chargista evidencia
- (A) o desinteresse comum pelo estudo.
  - (B) as restrições pessoais ao estudo *on-line*.
  - (C) a eficiência da educação a distância.
  - (D) as distorções sociais existentes no país.
  - (E) a saída para o problema educacional do país.

Leia o texto para responder às questões de números **02** a **10**.

#### *Desigualdade em tela*

A manchete de 14.05.2020 na *Folha* despeja água fria sobre a esperança de que a tecnologia pudesse mitigar o impacto negativo da pandemia na educação: “Menos da metade dos alunos acessa ensino *on-line* em São Paulo”.

As dificuldades, decerto, não inerem ao ensino a distância como tal. Ferramentas de aulas, atividades e exercícios nas telas de TV, computador ou telefone celular representam recurso adicional que pode e deve ser empregado.

O distanciamento forçado pelo coronavírus terá talvez o efeito paradoxal de abater algo do preconceito contra essas técnicas por uma visão tradicionalista. Têm e terão papel valioso, sobretudo como canais complementares para reforço e solução de dúvidas.

Persiste o problema da equidade, contudo. Verdade que 96% dos domicílios brasileiros contam com aparelhos de TV, 93% com celulares e 79% com acesso à internet. Por mais que tenha progredido a penetração dos meios, contudo, ainda estamos longe da universalização que excluiria o prejuízo de alguns estudantes pela falta de acesso.

O governo estadual paulista, ciente de que o tráfego de dados tem custo crescente na despesa domiciliar, tornou-os gratuitos para uso do aplicativo educacional. Mesmo assim, só 1,6 milhão dos 3,5 milhões de alunos (47%) completaram acesso ao programa pelo celular pelo menos uma vez.

Isso nem mesmo garante que tenham assistido a todas as aulas. Para cumular, há deficiência na comunicação, dado que muitos estudantes relatam não saber que aulas estão disponíveis na TV. Isso no estado mais desenvolvido do país; pior tende a ser em outros.

Não é só questão de acesso, vê-se. No ensino convencional, há a rotina de frequência à escola e o estímulo da merenda. Sob a pandemia, existe pouco incentivo para concentrar-se na frente de uma tela, muitas vezes sem ambiente tranquilo ou adultos para supervisionar o cumprimento de atividades.

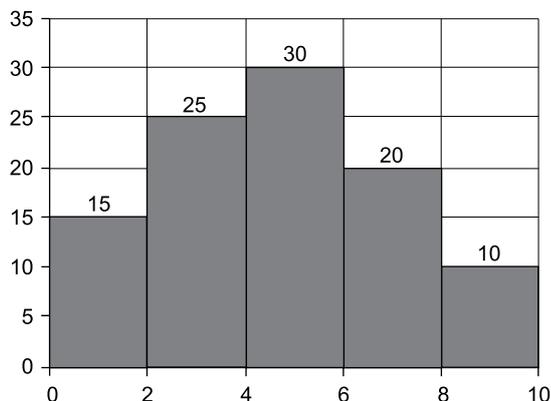
Sairão mais prejudicados desses tempos de coronavírus aqueles jovens e crianças que, em condições normais, já carecem de suportes familiares e sociais para perseverar na educação. A tecnologia pode até agravar vetores de desigualdade e contribuir para aumentar futuras taxas de evasão.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 15.05.2020)

- 02.** É correto afirmar que a manchete da *Folha* de 14.05.2020 – “Menos da metade dos alunos acessa ensino *on-line* em São Paulo” –
- (A) corrige informação expressa na charge.
  - (B) traz informação diversa ao sentido da charge.
  - (C) ratifica informação veiculada pela charge.
  - (D) desqualifica informação presente na charge.
  - (E) diminui a relevância do tema da charge.
- 03.** O tema central da argumentação estabelecida no editorial é
- (A) a ausência de relações interpessoais, como as estabelecidas na escola, e da merenda, como forma de tornar o ensino produtivo.
  - (B) a falta de incentivo ao estudo a distância, por se considerar que essa modalidade de educação deve ser empregada.
  - (C) o descaso da família em relação ao estudo dos jovens em tempo de pandemia, o que os impede de perseverar na educação.
  - (D) a vantagem que o acesso à internet traz à sociedade e, uma vez juntando-se à televisão, tem universalizado a educação no país.
  - (E) a universalização de acesso à internet está longe de ser uma realidade nacional, o que acarreta prejuízos a alguns estudantes.

04. De acordo com o texto, sob os efeitos do coronavírus, o ensino a distância
- (A) deverá certamente mitigar o impacto negativo da pandemia na educação.
  - (B) poderá efetivamente substituir o ensino presencial de modo eficiente.
  - (C) será possivelmente visto com menos preconceito pelas pessoas.
  - (D) estará decisivamente mais vulnerável a ataques de uma visão tradicionalista.
  - (E) permanecerá fortemente alijado das práticas de uma educação de qualidade.
05. Identificam-se termos empregados em sentido figurado na passagem:
- (A) A manchete de 14.05.2020 na *Folha* despeja água fria sobre a esperança de que a tecnologia pudesse mitigar o impacto negativo da pandemia na educação...
  - (B) Verdade que 96% dos domicílios brasileiros contam com aparelhos de TV, 93% com celulares e 79% com acesso à internet.
  - (C) Mesmo assim, só 1,6 milhão dos 3,5 milhões de alunos (47%) completaram acesso ao programa pelo celular pelo menos uma vez.
  - (D) Sob a pandemia, existe pouco incentivo para concentrar-se na frente de uma tela, muitas vezes sem ambiente tranquilo...
  - (E) A tecnologia pode até agravar vetores de desigualdade e contribuir para aumentar futuras taxas de evasão.
06. No título do texto – Desigualdade **em tela** – e na passagem do 2º parágrafo – As dificuldades, **decerto**, não inerem ao ensino a distância como tal., as expressões destacadas significam, correta e respectivamente:
- (A) em evidência; casuisticamente.
  - (B) em discussão; indubitavelmente.
  - (C) em plano; raramente.
  - (D) em expansão; convenientemente.
  - (E) em pauta; eventualmente.
07. No trecho do 3º parágrafo – Têm e terão papel valioso... –, os verbos estão flexionados no plural, pois concordam com a expressão
- (A) As dificuldades (2º parágrafo).
  - (B) Ferramentas de aulas, atividades e exercícios nas telas de TV (2º parágrafo).
  - (C) efeito paradoxal (3º parágrafo).
  - (D) essas técnicas (3º parágrafo).
  - (E) canais complementares (3º parágrafo).
08. Isso nem mesmo garante que tenham assistido a todas as aulas. Para cumular, há deficiência na comunicação, **dado que** muitos estudantes relatam não saber que aulas estão disponíveis na TV. **Isso** no estado mais desenvolvido do país; pior tende a ser em outros. (6º parágrafo)
- O termo que pode substituir, sem alteração de sentido, a expressão “dado que” e a informação a que o pronome “Isso” se refere são, correta e respectivamente:
- (A) apesar de que; assistir a todas as aulas.
  - (B) posto que; ter uma comunicação deficiente.
  - (C) desde que; não saber as aulas disponíveis.
  - (D) uma vez que; cumular situações.
  - (E) para que; relatar informações sobre aulas.
09. Considere as passagens do texto:
- Persiste o problema da equidade, contudo. (4º parágrafo)
  - Não é só questão de acesso, vê-se. (7º parágrafo)
- De acordo com a norma-padrão e sem alteração de sentido, as passagens estão adequadamente reescritas em:
- (A) O problema da equidade portanto persiste. / Se vê, de que não é só questão de acesso.
  - (B) Mas, o problema da equidade persiste. / Vê-se de que não é só questão de acesso.
  - (C) O problema da equidade então, persiste. / Vê-se, não é só questão de acesso.
  - (D) Logo, o problema da equidade, persiste. / Se vê que, não é só questão de acesso.
  - (E) O problema da equidade, porém, persiste. / Vê-se que não é só questão de acesso.
10. Em conformidade com a norma-padrão, mantendo-se a mesma regência que o verbo **assistir** assume na frase – Isso nem mesmo garante que tenham assistido a todas as aulas. –, o sinal indicativo da crase está adequadamente empregado em:
- (A) Apesar dos esforços do governo, nem todos os alunos têm assistido **às** aulas disponíveis.
  - (B) Já existem muitas aulas disponíveis aos alunos, mas nem todos têm assistido **à** elas com frequência.
  - (C) Em relação às aulas disponíveis, alguns alunos ainda não assistiram **à** uma parte significativa delas.
  - (D) É intenção do governo que os alunos assistam **à** aulas que já estão disponíveis pela televisão.
  - (E) Por meio da televisão, já é possível que os alunos assistam **à** qualquer aula do currículo.

11. O histograma a seguir mostra as frequências relativas das notas de uma prova em uma determinada turma de uma faculdade.



Com base nesse gráfico, qual o valor que melhor aproxima a média da turma?

- (A) 4,5.  
 (B) 4,7.  
 (C) 5,0.  
 (D) 5,3.  
 (E) 5,5.
12. Uma empresa de varejo decidiu usar o seguinte método com funcionários em treinamento: calcularia a média de vendas de todos os funcionários após um mês e só seriam efetivados os que estivessem acima da média, sendo demitidos aqueles que estivessem abaixo. Assim, os diretores da empresa imaginavam que ficariam com cerca de metade dos funcionários em treinamento. No entanto, ao final do treinamento, apenas um funcionário estava acima da média.
- No método empregado pela empresa, o que foi determinante para que a média esperada de funcionários aprovados não fosse atingida?
- (A) Não se levou em conta a pequena variância nas vendas.  
 (B) A média utilizada foi a geométrica.  
 (C) Obviamente foi um erro de conta no cálculo da média.  
 (D) O resultado deveria ter sido padronizado.  
 (E) Deveria ter sido usada a mediana em vez da média.

13. Considere que  $P(A)$  é a probabilidade de ocorrência do evento  $A$ . É correto afirmar que

- (A) Se  $P(A) = 1$ , então é certa a ocorrência do evento  $A$ .  
 (B) Se  $P(A|B) = P(A)$ , então  $P(A \text{ e } B) = 0$ .  
 (C) Se  $A$  e  $B$  são eventos independentes, então  $P(A \text{ ou } B) = P(A) + P(B) - P(A) \times P(B)$ .  
 (D) Se  $A$  e  $B$  são eventos mutuamente exclusivos e exaustivos, então  $P(A) + P(B) > 1$ .  
 (E) Se  $A$  e  $B$  são eventos mutuamente exclusivos, então  $P(A \text{ e } B) = P(A) \times P(B)$ .

14. Considere  $A$ ,  $B$  e  $C$  três eventos independentes, sendo que  $P(A) = 0,4$ ,  $P(B) = 0,3$  e  $P(C) = 0,2$ . Qual a probabilidade de não ocorrer nenhum desses 3 eventos?

- (A) 0,336.  
 (B) 0,25.  
 (C) 0,222 ...  
 (D) 0,164.  
 (E) 0,1.

15. 20% dos alunos de uma escola deverão ser selecionados para participar de um exame de avaliação, e a escolha se dará da seguinte forma: os alunos serão colocados em ordem alfabética e serão escolhidos o 5º, o 10º, o 15º e assim por diante. Esse método é denominado amostragem

- (A) aleatória simples.  
 (B) por conglomerados.  
 (C) aleatória estratificada.  
 (D) aleatória sistemática.  
 (E) de resposta voluntária.

## CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

Considere a Lei nº 9.394/96 (LDB), para responder às questões de números **16** e **17**.

**16.** Em tempos de crises, como a da pandemia da Covid-19, em que a educação passou a se organizar de forma remota, muitas famílias ponderam retirar seus filhos da escola. No entanto, de acordo com a legislação vigente, a educação básica é obrigatória na seguinte faixa etária:

- (A) dos 4 (quatro) aos 16 (dezesesseis) anos de idade, sendo dever da família e do estado a oferta do ensino gratuito.
- (B) dos 5 (cinco) aos 17 (dezesete) anos de idade, sendo dever do estado a oferta do ensino gratuito ou privado.
- (C) dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, sendo dever do estado a oferta do ensino gratuito.
- (D) dos 6 (seis) aos 16 (dezesesseis) anos de idade, sendo dever da família a matrícula na educação especial.
- (E) dos 5 (cinco) aos 17 (dezesete) anos de idade, sendo dever do estado a matrícula e a permanência até o ensino superior.

**17.** Em relação à organização da educação nacional, os Municípios incumbir-se-ão de oferecer educação

- (A) gratuita da educação infantil ao ensino médio, desde que respeitadas a idade e a série dos alunos, público-alvo de cada modalidade de ensino e garantindo acesso a todos os níveis.
- (B) pública de qualidade para todos os alunos com idade para a educação básica, com prioridade para a educação infantil em creches e pré-escolas e, facultativo, para ensino fundamental.
- (C) em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, respeitadas a demanda por matrícula em prioridade para o ensino fundamental, sendo a educação infantil na rede conveniada.
- (D) infantil em creches e pré-escolas e, prioritariamente, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino desde que atendidas plenamente as necessidades da área de competência.
- (E) infantil e ensino fundamental como prioridade para as matrículas em escola próxima à residência do aluno ou a oferta do transporte gratuito quando o aluno residir a dois quilômetros da escola.

**18.** Para Libâneo (2013), há uma característica das organizações escolares de muita importância para as práticas de gestão: a *cultura organizacional* ou cultura da escola. O autor destaca que as escolas podem ser consideradas lugares de intercruzamento de culturas, entre elas, a cultura da escola, que, para ele, refere-se a

- (A) modos de pensar e agir, valores, comportamentos, modos de funcionamento que, de certa forma, mostram a identidade e os traços característicos da escola e das pessoas que nela trabalham.
- (B) padrões de convivência, ações e planejamentos tendo como base ideologias individuais e coletivas, visando destacar as múltiplas identidades e as diferentes formas de pensar e agir na educação.
- (C) sistemas de gestão centralizados na equipe gestora, que, identificando os diferentes modos de pensar e agir, atuam para que a escola seja organizada de modo a contemplar a diversidade.
- (D) organizações escolares com base nos diferentes estilos de pensamentos de comunidade escolar que, em uma gestão democrática, organizam a escola a partir de definições coletivas e com decisão da gestão.
- (E) práticas na organização escolar e na elaboração do projeto político pedagógico, visando atender às decisões da direção escolar com base nas deliberações dos órgãos centrais da educação.

**19.** A escola é considerada como local privilegiado para a formação continuada. A esse respeito, Cortella (2015) destaca que, além de competências e habilidades, é necessária a formação da

- (A) Diversidade.
- (B) Organização.
- (C) Alteridade.
- (D) Cooperação.
- (E) Sensibilidade.

Considere a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, para responder às questões de números **20** e **21**.

**20.** Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais. Considere-se uma das dez competências:

- (A) Agir em conformidade às leis que regem o país e aos regimentos escolares, bem como a legislação municipal e estadual, visando ao aproveitamento de habilidades e objetos do conhecimento.
- (B) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- (C) Argumentar com base no conhecimento científico com o objetivo de fazer valer o ponto de vista em relação aos demais, compactuando com uma gestão democrática e aberta ao debate escolar e social.
- (D) Valorizar as discussões sobre sustentabilidade, meio ambiente, diversidade e direito à educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade de opiniões e pontos de vista sobre políticas públicas.
- (E) Utilizar diferentes ferramentas para o acesso aos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento e componentes curriculares, desenvolvendo habilidades específicas a partir dos objetos de conhecimento.

**21.** Os educadores de uma escola de educação infantil estão estudando a BNCC e iniciaram as reflexões sobre os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Para que sejam problematizados de maneira mais produtiva, são necessários a compreensão e o estudo de todos eles. Pode-se afirmar que o terceiro direito refere-se a participar ativamente

- (A) de situações de interação e vivências por meio de práticas construídas pelos educadores no ambiente de sala de aulas e nos diferentes espaços escolares, visando ao aumento de repertório e experiências emocionais, corporais e sensoriais.
- (B) e conviver com seus pares para o desenvolvimento de habilidades e competências, mediados por conteúdos específicos e atividades direcionadas, permitindo liberdade às crianças por meio da exploração, movimento, gestos, sons, formas e texturas.
- (C) nas brincadeiras com seus pares e expressar-se como sujeito dialógico, criativo e sensível, que tem condições de fazer escolhas e indicar as atividades de seu interesse e do grupo em que está inserido.
- (D) com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão e das atividades, propostas pelo educador, quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes.
- (E) em ambientes que estimulem a curiosidade e a exploração nas interações com os educadores e seus pares em diferentes modalidades de atividades propostas no plano escolar e no projeto político-pedagógico.

**22.** De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13.07.2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, é um dos objetivos para o ensino fundamental:

- (A) Prioridade na alfabetização até o término do segundo ano.
- (B) Ênfase no letramento até o início do terceiro ano.
- (C) Foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos.
- (D) Alfabetização na idade certa como direito fundamental.
- (E) Letramento a partir do primeiro ano.

**23.** De acordo com Luckesi (2018), não existe ato humano que não seja precedido de um ato avaliativo, pois ele subsidia a escolha, sendo básico para qualquer ação. Para o autor, a avaliação é um dos três atos cognitivos universais do ser humano e pode ser definida em três condições:

- (A) Analisar, perceber e julgar.
- (B) Observar, coletar dados e replanejar.
- (C) Estudar, organizar ideias e colocar em prática.
- (D) Conviver, aprender e aplicar.
- (E) Conhecer fatos, conhecer valores e agir.

**24.** A professora Marta aplicou, ao longo do ano letivo, diversos instrumentos e métodos para avaliação da aprendizagem de seus alunos. A cada fechamento das avaliações, Marta chamava seus alunos, individualmente, e dissertava sobre os avanços e recuos do aluno, além de destacar os erros cometidos.

Considerando esse excerto, para Romão (1999), realizada a avaliação da aprendizagem, as devolutivas não podem ser como a professora Marta fez, pois o correto é uma reflexão

- (A) individual do aluno após correções coletivas e problematizadas pela turma com a mediação do professor.
- (B) problematizadora coletiva, a ser devolvida ao aluno para que ele, com o professor, retome o processo de aprendizagem.
- (C) de todos os alunos em rodas de conversa avaliativas e com o levantamento de novas perguntas problematizadoras.
- (D) focada nos acertos e erros do coletivo de alunos em comparação aos acertos e erros individuais.
- (E) mediada por alunos com melhor desempenho para que os pares possam problematizar os erros e acertos.

- 25.** Para a classificação sem escolarização anterior (Deliberação CMESO nº 02/1999), serão necessárias algumas medidas, dentre elas, que
- (A) o requerimento seja realizado no início do ano letivo e, somente em excepcionalidade, diante de fatos relevantes, em outra época.
  - (B) o solicitante seja maior de 18 anos ou representado por pais ou responsáveis.
  - (C) sejam realizadas avaliações objetivas para determinar a série de matrícula.
  - (D) tenha parecer conclusivo do diretor de escola para validação da matrícula.
  - (E) os formulários para o requerimento sejam protocolados pela supervisão escolar.
- 26.** Após os resultados finais das avaliações, a mãe de Plínio entrou com pedido de reconsideração, no entanto o parecer da comissão não alterou a situação de reprovação do aluno. De acordo com a Deliberação CMESO nº 01/2001, mediante a decisão da escola, caberá à mãe do aluno recurso dirigido
- (A) ao supervisor de ensino, protocolado na Secretaria de Educação.
  - (B) ao conselho escolar, protocolado na própria escola.
  - (C) ao diretor de escola, protocolado na Diretoria de Ensino.
  - (D) à Secretaria de Educação e Cultura, protocolado na própria escola.
  - (E) à Diretoria de Ensino, protocolado na própria Diretoria de Ensino.
- 27.** Amaral, *in* Aquino (1998), escreveu sobre as barreiras atitudinais e o preconceito. Na visão da autora, a própria construção da palavra “preconceito” indica que se trata de
- (A) comportamentos construídos culturalmente, que podem ser concebidos ao entrarmos em contato com o outro.
  - (B) opiniões e concepções formadas a partir de experiências e vivências em ambientes de incompreensão da diversidade.
  - (C) um conceito que formamos anterior à nossa experiência, por dois componentes básicos: atitude e desconhecimento.
  - (D) procedimentos adotados por uma maioria em relação a uma minoria, considerando as diferenças entre os indivíduos.
  - (E) concepção adotada por meio de estigmas e marcas identitárias em conflito com um padrão imposto socialmente.
- 28.** O Decreto nº 24.392/2018, que dispõe sobre o direito ao uso e ao tratamento pelo nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais tem, em suas considerações, que
- (A) toda pessoa, que assim desejar, tem o direito de indicar a alteração de seu nome nos registros realizados nos órgãos públicos e privados.
  - (B) é direito de toda pessoa a livre expressão de sua identidade de gênero, de forma que o nome não possa ser indutor de constrangimentos ou preconceitos.
  - (C) a diversidade sexual é detentora de direitos humanos e que sua proteção requer ações paliativas no sentido de assegurar o exercício da cidadania.
  - (D) a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mediante apresentação de justificativa, terá seus nomes sociais reconhecidos.
  - (E) a pessoa tem direito à livre expressão de sua sexualidade, incluindo a manifestação do uso do nome social, viabilizando a integração social.
- 29.** O Marco Referencial da Rede Pública Municipal de Sorocaba, no Capítulo Relações Humanas (Diversidade), apresenta como definição para multiculturalismo:
- (A) Estruturação política para a valorização das regionalidades e diferenças entre os povos em suas culturas, música, arte, alimentação, vestimentas, língua, modos de comunicação e expressão.
  - (B) Diversidade de concepções e identidades dos mais diferentes grupos sociais, que são concebidos por meio de combates nos campos das ideias para a definição de culturas dominantes.
  - (C) Organização política para a valorização e identificação de diversidades de etnias, de gênero e sociocultural de forma a reconhecer a organização socioeconômica e distribuição de renda.
  - (D) Pluralidade de ideias, modos, vestimentas, alimentação, língua e demais marcadores identitários que diferenciam um grupo do outro, caracterizando sistemas de organização social.
  - (E) Estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, que não pode ser concebida de forma dissociada dos contextos das lutas dos grupos culturalmente oprimidos.

**30.** Mariana é uma criança com deficiência intelectual que foi matriculada no 1º ano do ensino fundamental. A mãe dela solicitou à escola que a filha tenha autonomia para realizar as atividades na escola sem a presença efetiva de um auxiliar durante o período escolar.

Considerando este excerto, a LBI – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) indica que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. O correto a considerar, então, é

- (A) respeitar a decisão da mãe, pois a pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (B) indicar o auxiliar para acompanhar a criança em atividades em que haja menos autonomia, uma vez que é um direito previsto em lei.
- (C) orientar a mãe sobre a necessidade do acompanhamento de um auxiliar para a realização das atividades, pois é direito da criança a fruição dos benefícios.
- (D) desconsiderar a solicitação da mãe, pois compete à escola a organização dos tempos e espaços escolares em consonância com a legislação vigente.
- (E) indicar para análise do profissional do atendimento educacional especializado, pois é o responsável pelo plano escolar da criança.

**31.** O Parecer CMESO nº 03/2010, que versa sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), destaca que o CRE – Centro de Referência em Educação conta com equipe multidisciplinar, que realiza atendimento

- (A) remoto e local, apoiando as escolas para as demandas referentes aos alunos com deficiência.
- (B) local, priorizando o trabalho itinerante, com visitas periódicas às escolas, atendendo as demandas sociais, pedagógicas e psicológicas.
- (C) nas escolas, por meio de visitas agendadas com o objetivo de avaliar o trabalho realizado pelo professor do AEE.
- (D) para avaliação pedagógica e psicológica para os devidos encaminhamentos aos centros de saúde e posterior matrícula na escola.
- (E) visando ao desenvolvimento e à aprendizagem do aluno, público-alvo da educação especial, possibilitando acesso ao currículo.

**32.** O Parecer CMESO nº 01/2012, em relação à organização e ao funcionamento administrativo e pedagógico das classes hospitalares e do atendimento pedagógico domiciliar, indica que o atendimento pedagógico deverá ser orientado pelo processo de desenvolvimento e construção do conhecimento correspondentes à educação básica, exercido em ação integrada com o serviço de saúde. A oferta curricular ou didático-pedagógica deverá ser

- (A) promovida para o desenvolvimento e a aprendizagem plenos durante o período de internação hospitalar.
- (B) organizada com propostas pedagógicas específicas para cada enfermidade, considerando a condição de saúde dos sujeitos.
- (C) flexibilizada, de forma que contribua com a promoção de saúde e ao melhor retorno e continuidade dos estudos pelos educandos envolvidos.
- (D) realizada com adaptação curricular para os alunos com deficiência e com enfermidades graves que requerem especificidades.
- (E) com alinhamento curricular ao conteúdo trabalhado na idade série correspondente ao que o sujeito deveria estar matriculado.

**33.** Monteiro e Smole (2010) afirmam que “nos últimos anos, cresceu a tendência de introduzir mudanças e inovações na sala de aula e na estrutura educativa em geral” e, ainda, que as novidades se expressam em diferentes campos: desde a redefinição dos objetivos da educação e fixação de conteúdo até

- (A) aulas expositivas e dialogadas, professor mediador e mudança na estrutura física da escola.
- (B) reorganização dos espaços escolares, mudança na gestão escolar e diferenças atitudinais dos alunos.
- (C) reestruturação dos sistemas de ensino das redes públicas e privadas e mudança no perfil dos alunos.
- (D) mudança no perfil dos professores e da organização de sala de aula.
- (E) aulas criativas e dinâmicas e engajamento das famílias.

- 34.** Freire (1996) afirma que ensinar é uma especificidade humana e que exige
- (A) estudo, autoconhecimento e organização.
  - (B) método, segurança e amabilidade pedagógica.
  - (C) rotina, domínio de conteúdos e relacionamento.
  - (D) formação acadêmica, conhecimentos gerais e carisma.
  - (E) segurança, competência profissional e generosidade.
- 35.** A Deliberação CMESO nº 02/2009, que fixa as normas para os cursos de Jovens e Adultos, determina que os cursos que correspondem aos três anos do ensino médio devem ser organizados de forma a atender ao mínimo de 18 (dezoito) meses de integralização e
- (A) 1200 horas de efetivo trabalho escolar, sendo obrigatório que os alunos tenham a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.
  - (B) 1300 horas de aulas e atividades escolares, sendo necessário que os alunos tenham completado 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses.
  - (C) 1600 horas/aulas e com a obrigatoriedade de o aluno ter 16 (dezesesseis) anos completos para a matrícula.
  - (D) 1200 horas/aulas divididas em 3 (três) semestres letivos, devendo os alunos ter completado 17 (dezesete) anos para a matrícula.
  - (E) 1350 horas de efetivo trabalho escolar, divididas em 3 (três) semestres, e idade obrigatória do aluno de 18 (dezoito) anos completos.
- 36.** Considerando a Deliberação CMESO nº 01/2008 sobre as concepções de educação infantil e dadas as particularidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária, essa etapa da educação básica deve cumprir funções indispensáveis e indissociáveis. São elas:
- (A) Cuidar, brincar e educar, colaborando com os cuidados e o processo educativo da família.
  - (B) Educar e cuidar, substituindo os cuidados e os modos de brincar com a família, enquanto estão na escola.
  - (C) Educar e cuidar, complementando os cuidados e a educação realizados na família.
  - (D) Educar e brincar, ampliando os cuidados e a educação realizados com a família e a comunidade.
  - (E) Cuidar e educar, considerando o valor cultural do cuidado e das brincadeiras familiares.
- 37.** O coletivo da instituição educacional precisa buscar tempos e espaços para discutir, refletir e propor alternativas para as possibilidades de melhoramentos aos processos de ensino e de aprendizagens. Conforme consta no Marco Referencial da Rede Pública Municipal de Sorocaba (2016), para a Educação Infantil do município de Sorocaba, há
- (A) as reuniões de conselho de classe para a avaliação do desenvolvimento.
  - (B) os encontros formativos para avaliação e redirecionamento.
  - (C) avaliações pelo conselho escolar sobre os processos de desenvolvimento.
  - (D) a reunião de avaliação e acompanhamento de aprendizagem.
  - (E) as atividades avaliativas para acompanhamento da aprendizagem.

Considere a Deliberação CMESO nº 01/2008, para responder às questões de números **38** e **39**.

**38.** De acordo com a legislação municipal, entende-se por autorização de funcionamento das instituições privadas

- (A) o ato pelo qual o próprio sistema de ensino permite o funcionamento da instituição de educação infantil quando atendidas as disposições legais pertinentes.
- (B) o registro de autorização, devidamente homologado na diretoria de ensino e após visita técnica do supervisor de ensino.
- (C) os procedimentos adotados em acordo com os dispositivos legais, atendendo às especificações arquitetônicas e pedagógicas.
- (D) o documento expedido pela Secretaria Municipal de Educação, que libera o estabelecimento para atendimento de crianças e jovens.
- (E) o parecer técnico do supervisor de ensino, mediante visita técnica com o objetivo de inspecionar as instalações e estruturas de funcionamento.

**39.** Joana quer iniciar as atividades em sua própria escola de Educação Infantil. Para isso, o pedido para autorização de funcionamento de uma instituição privada de educação infantil deverá ser apresentado para a Secretaria da Educação

- (A) em até 120 (cento e vinte) dias após visita técnica de engenheiro da secretaria da educação e emissão de relatório do supervisor de ensino.
- (B) acompanhado do regimento escolar, da planta dos espaços físicos e da proposta pedagógica, com 90 (noventa) dias antes do início das atividades.
- (C) após publicação em diário oficial sobre o aceite para o processo de avaliação para funcionamento da instituição de ensino.
- (D) em formulário próprio, disponibilizado no site da Secretaria de Educação, anexando proposta pedagógica, com prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias até o início das matrículas.
- (E) com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do início das atividades e acompanhado de Relatório, Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Considere o livro *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, de Edgar Morin, para responder às questões de números **40** e **41**.

**40.** O Supervisor de Ensino, dentre outras coisas, assiste tecnicamente as unidades escolares sob sua responsabilidade. Função em que lida, muitas vezes, com o novo e com o não previsto. A educação do futuro, na visão desse autor, deve voltar-se para as incertezas ligadas ao conhecimento, pois existem os seguintes princípios de incerteza:

- (A) intencional; de perceptiva; educacional; organizacional.
- (B) cérebro-mental; lógica; racional; psicológica.
- (C) pedagógica; estrutural; administrativa; cultural.
- (D) gestora; administrativa; escolar; social.
- (E) científica; acadêmica; docente; discente.

**41.** Em seu papel de assistir tecnicamente as escolas, um supervisor precisa comunicar muitas coisas. Para Morin (2003), no entanto, a comunicação não garante a compreensão. Portanto, a informação, se for bem transmitida e compreendida, traz

- (A) credibilidade, pois a condição humana vai além da explicação, sendo necessária a internalização dos fatos.
- (B) clareza sobre os fatos para ações e reações, próprias da condição intelectual e subjetiva das comunicações.
- (C) possibilidades de ações direcionadas para os objetivos desejados por todos os envolvidos no processo dialógico.
- (D) inteligibilidade, condição primeira necessária, mas não suficiente, para a compreensão, que tem as formas intelectual ou objetiva.
- (E) condições de comunicação receptiva e expressiva para que a explicação chegue ao nível das múltiplas compreensões.

**42.** Considerando a Deliberação CMESO nº 01/2009, os documentos escolares individuais do aluno devem ser arquivados e conservados

- (A) por tempo indeterminado, considerando local seguro e livre do acesso de pessoas não autorizadas.
- (B) pelo prazo máximo de 30 anos, garantindo fácil acesso aos documentos para consulta e segundas vias.
- (C) permanentemente pela escola, assegurando rápido e fácil acesso para consulta e/ou conferência.
- (D) por prazo determinado pela legislação vigente, garantindo o direito de acesso à informação ao longo da vida.
- (E) na própria escola, pelo prazo de 20 anos e, em órgão central da secretaria de educação, permanentemente.

43. Considerando a Deliberação CMESO 01/2013, o procedimento de regularização da vida escolar dos alunos do ensino fundamental e médio é de responsabilidade do Diretor de Escola sob orientação dessa deliberação. O procedimento de regularização deve ser adotado quando as irregularidades constatadas na documentação pertinente não possam ser
- (A) resolvidas pelo diretor de escola de modo que o aluno não seja prejudicado e impedido de iniciar os estudos e seu trajeto escolar.
  - (B) supridas por outros meios, previstos legalmente, em tempo hábil e com a garantia de o aluno não sofrer prejuízos em seu percurso escolar.
  - (C) validadas para continuidade dos estudos do aluno, não o impedindo de avançar e sem ferir seu direito de acesso à escola.
  - (D) corrigidas com o parecer do diretor de escola e supervisão escolar, dentro dos meios legais, para que o aluno possa prosseguir em seus estudos.
  - (E) encaminhadas para validação do diretor escolar, necessitando de avaliação e parecer do supervisor escolar, dando continuidade à vida escolar do aluno.
44. Libâneo (2013), ao apresentar as reflexões sobre o planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular, apresenta três níveis de currículo: formal, real e oculto. Currículo real pode ser definido como
- (A) o principal norteador das práticas pedagógicas definidas e aplicadas em sala de aula comum.
  - (B) o documento oficial de uma escola e que deve ser seguido fielmente pelos educadores e alunos.
  - (C) o plano escolar elaborado coletivamente e que passa a ser a base para as atividades pedagógicas da escola.
  - (D) a prática educacional seguida pelos professores a partir do planejamento da unidade escolar.
  - (E) o que acontece na sala de aula em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino.
45. Freitas (2014) defende que a avaliação institucional, juntamente com um sistema de monitoramento de desempenho dos alunos deverá criar condições necessárias para
- (A) mobilizar a comunidade local das escolas na construção da sua qualidade e na melhoria de sua organização.
  - (B) acompanhar o nível de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos de todas as etapas da educação básica.
  - (C) desenvolver o senso crítico, que poderá levar ao questionamento das práticas pedagógicas da escola.
  - (D) possibilitar a plena participação comunitária nas decisões colegiadas do sistema escolar da região.
  - (E) empoderar alunos e famílias para o exercício da cidadania e práticas participativas nos diversos fóruns sociais.
- Considere a obra *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*, Veiga (2011), para responder às questões de números 46 e 47.
46. Para a autora, o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Nesse sentido, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político, pois está
- (A) organizado de forma a atender as necessidades individuais e coletivas dos alunos e suas famílias.
  - (B) intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.
  - (C) alinhado aos conceitos e concepções de uma educação que leve às reflexões políticas, partidárias ou não.
  - (D) definido como ponto de partida para as ações escolares e comunitárias que visam ao engajamento estudantil.
  - (E) sustentado por discussões internas da escola e seu colegiado de professores e demais educadores.
47. A formação continuada dos profissionais da escola que tem o compromisso com a construção do projeto político-pedagógico não pode estar limitada aos conteúdos curriculares, mas ampliada com
- (A) reuniões que permitam o debate sobre os temas propostos pela equipe gestora.
  - (B) levantamento das necessidades do corpo docente para formações pontuais.
  - (C) problematização da realidade local e ampliação dos campos de ação.
  - (D) discussões da escola como um todo e suas relações com a sociedade.
  - (E) formação de colegiados definidos pelo grupo escolar e alunos.
48. Paro (2016) afirma que, aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação. A participação propriamente dita é
- (A) a partilha do poder com a participação nas decisões e não somente na execução.
  - (B) a divisão das tarefas com possibilidades de distribuir responsabilidades.
  - (C) a comunhão entre os atores de uma comunidade escolar com objetivos compartilhados.
  - (D) a execução como fim em si mesmo e com a partilha de planejamento e ações.
  - (E) o processo em que todos da comunidade escolar definem as prioridades para indicar as responsabilidades.

**49.** Escola e democracia são termos indissociáveis, sendo fundamental que o Supervisor de Ensino atue por uma escola para todos. Seguindo nessa linha de pensamento, Saviani (2008) apresenta as onze teses sobre educação e política. A 11ª tese apresenta a seguinte afirmação:

- (A) Não existe identidade entre política e educação, pois, apesar de serem fenômenos inseparáveis, são diferentes entre si.
- (B) Sempre haverá discussões nos campos ideológicos em que há política e educação, por serem indissociáveis.
- (C) As discussões políticas não devem estar presentes no campo da educação, salvos os direitos dos colegiados.
- (D) Sempre que educação e política convergem, há conflitos de interesses, perpetuando as lutas ideológicas.
- (E) A função política da educação cumpre-se na medida em que ela se realiza como prática especificamente pedagógica.

**50.** O supervisor de ensino ocupa um importante lugar de liderança no sistema de uma rede de ensino. Cortella (2015) afirma que o líder precisa ser companheiro e ter o outro como companheiro, ao mesmo tempo em que ajuda a companhia em sua transição para o futuro, cabendo a ele cultivar cinco competências essenciais na arte de liderar:

- (A) Organizar reuniões; saber dividir; escutar ativamente; liderar positivamente; aceitar sugestões.
- (B) Estar disponível; acolher diferenças; definir metas; decidir individualmente; acolher divergências.
- (C) Abrir a mente; elevar a equipe; recrear o espírito; inovar a obra; empreender o futuro.
- (D) Escutar passivamente; mediar conflitos; estabelecer critérios; prever o futuro; investir.
- (E) Decidir coletivamente; ampliar os debates; acompanhar os conflitos; falar bem; definir prioridades.

## REDAÇÃO

### TEXTO 1

Boa parte dos consumidores já comprou um produto ou contratou um serviço que não atendeu às suas expectativas. Em casos mais graves, apenas uma reclamação pública na Internet consegue trazer o dinheiro de volta ou garantir a troca por um produto novo. Uma maneira de reivindicar um direito, quando a empresa não dá atenção à demanda, é utilizar *sites* criados para atender às reclamações. O consumidor cadastra sua reclamação e a empresa responsável pelo produto ou serviço recebe uma notificação do problema, cabendo a ela responder e resolver o chamado.

Uma reclamação *on-line* pode ser bastante eficaz para a preservação do direito do consumidor, já que dificilmente uma empresa vai desejar ter o seu nome relacionado a problemas em páginas públicas de internet, causando má impressão para seus atuais e futuros consumidores.

(Henrique Duarte. "Quais são e como funcionam os sites de reclamações na Internet". [www.techtudo.com.br](http://www.techtudo.com.br), 24.11.2016. Adaptado)

### TEXTO 2

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina manteve sentença de primeira instância que negou pedido de indenização por danos morais em razão de comentários em *site* de defesa do consumidor. Uma oficina mecânica de Santa Catarina alegou que críticas a seu estabelecimento feitas num *site* ultrapassaram a razoabilidade e que as solicitações dos clientes já teriam sido resolvidas. Dessa forma, a oficina ajuizou a ação contra o *site* pedindo a remoção do conteúdo e a indenização por danos morais. O desembargador Marcus Sartorato, relator da ação, entendeu que as reclamações dos consumidores estão dentro dos limites da liberdade de expressão e se inserem na legítima tentativa de resolver problemas sem a necessidade de acionar a Justiça. Assim, o magistrado, confirmando decisão de primeiro grau, negou os pedidos de remoção de conteúdo e de danos morais.

("TJ-SC decide que reclamações no ReclameAqui não geram indenização por danos morais". [www.internetlab.org](http://www.internetlab.org), 18.02.2019. Adaptado)

### TEXTO 3

Atualmente, em tempos de avanço tecnológico, muitos consumidores têm utilizado a Internet para expressar insatisfação com os produtos adquiridos ou serviços prestados, às vezes, de forma exagerada, passional e sem filtro, inclusive em publicações, sobre serviços e produtos, postadas em *sites* de reclamação.

É importante destacar que existe uma linha muito tênue entre a liberdade de expressão e a ofensa à honra e à imagem que separa o direito do consumidor e do fornecedor. Existem, inclusive, diversas decisões, no Tribunal de Justiça de São Paulo, condenando os consumidores ao pagamento de indenização por danos morais aos fornecedores em razão de críticas que extrapolaram os limites da liberdade de expressão. Por essa razão, ao fazer uma reclamação nas redes sociais, o consumidor deve atentar, em primeiro lugar, para o cuidado em relação às postagens agressivas e difamatórias, notadamente aquelas escritas no "calor" da emoção, como uma forma de desabafo.

(Andréa R. Kaplan. "Os limites para a reclamação do consumidor nas redes sociais". [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br), 30.11.2018. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

## POSTAGENS DIFAMATÓRIAS EM *SITES* DE RECLAMAÇÃO: ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO CONSUMIDOR E OS PREJUÍZOS CAUSADOS ÀS EMPRESAS



